



Gestão Participativa

Escopo da Pesquisa

Participe da definição das Metas Nacionais da Justiça Eleitoral para 2023

As Metas Nacionais do Poder Judiciário expressam o compromisso dos tribunais brasileiros com a melhoria contínua da prestação de serviços jurisdicionais, de forma que o cidadão usufrua de atendimento mais célere, com maior eficiência e qualidade.

Os desafios e percentuais de cada meta a ser cumprida são firmados a cada ano pela alta gestão dos tribunais, em um processo de elaboração, discussão e refinamento, cuja participação da sociedade é bastante importante para possibilitar decisões que tragam maior efetividade, transparência e acessibilidade aos serviços disponibilizados pelo Tribunal Regional Eleitoral de Sergipe.

As Metas Nacionais também se configuram como instrumento de monitoramento da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, também construída de maneira participativa, com horizonte de longo prazo.

Tipo de Vinculo com o TRE-SE

- Servidora/Servidor (efetivo)
 - Servidora/Servidor(cedido ou requisitado)
 - Força de Trabalho Auxiliar - Terceirizada(o)/Estagiária(o)
 - Magistrada/Magistrado
-

Local de Trabalho

- Zonas eleitorais
 - SEDE do TRE
-

Metas do Judiciário - Metas Nacionais

Meta 1 e Meta 2 - servem para o monitoramento contínuo no atual ciclo da Estratégia

Meta 1 - Julgar mais processos que os distribuídos: julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente. A meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%, ou seja, se os julgamentos corresponderem à quantidade de processos distribuídos até 31/12/2023 e, no mínimo, mais 1 para os tribunais que tenham estoque processual.

Concordo com a meta proposta.

Discordo

Meta 2 - Julgar processos mais antigos: identificar e julgar, até 31/12/2023, 80% dos processos mais antigos.

Concordo com a meta proposta.

Discordo

Meta 4 - Priorizar o julgamento dos processos relativos aos ilícitos eleitorais.

Concordo com a meta proposta.

Discordo

Integrar a Agenda 2030 - Na sua opinião, qual a importância da Justiça do Eleitoral realizar ação voltada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030?

Muito importante

importante

Pouco importante

Não é importante

Não tenho opinião formada

Discordo

Programa Justiça 4.0 – Inovação e efetividade na realização da Justiça para todos é a concretização do 4º Eixo da atual gestão do CNJ e objetiva a promoção do acesso à Justiça, por meio de ações e projetos desenvolvidos para o uso colaborativo de produtos que empregam novas tecnologias e inteligência artificial. A Justiça Digital propicia o diálogo entre o real e o digital para o incremento da governança, da transparência e da eficiência do Poder Judiciário, com efetiva aproximação com o cidadão e redução de despesas.

- Muito importante
- importante
- Pouco importante
- Não é importante
- Não tenho opinião formada

- Gostaria de sugerir uma nova META para Justiça Eleitoral? (opcional)

Texto de resposta longa

- Gostaria de sugerir alterações em alguma das METAS? (opcional)

Texto de resposta longa
